

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.220.465 - RS (2017/0320360-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : M C T
ADVOGADO : FABIO ANTONIO TOMASINI - RS053265
AGRAVADO : K S
ADVOGADO : FERNANDO CAUDURO - RS076987

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por M C T em face da decisão acostada às fls. 466-474 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 405-412 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. INTERPOSIÇÃO RECURSAL QUE NÃO OBSERVA O PRAZO LEGAL. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. A tempestividade constitui requisito extrínseco de admissibilidade do apelo, cuja ausência impossibilita o seu conhecimento.

Opostos embargos de declaração (fls. 417-420 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 422-427 e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou o disposto nos artigos 522 e 558 do CPC/73, 1.015 e 1.019 do CPC/15, sustentando a tempestividade do recurso de apelação interposto na origem.

Contrarrazões às fls. 457-460 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre por aplicação das súmulas 7, 83 e 211/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 477-484 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 497-500 e-STJ, opinou pelo conhecimento do agravo para dar provimento do recurso especial.

É o relatório

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar.

1. Trata-se, na origem, de recurso de apelação, interposto em 11 de julho de 2016 (fl. 368-369 e-STJ).

A sentença (fls. 351-358 e-STJ) objeto daquele apelo fora proferida em outubro de 2015 e publicada (fl. 359 e-STJ) em novembro de 2015 - **na vigência do CPC/73.**

Tal decisão foi impugnada, inicialmente, através de embargos de declaração (fls. 360-363 e-STJ), que restaram acolhidos (fl. 366 e-STJ), sem efeitos modificativos, a fim de sanar omissão.

A decisão que acolheu os embargos foi publicada (fl. 367 e-STJ) em 22 de

junho de 2016 - **na vigência do CPC/15.**

Mesmo reconhecendo a interrupção do prazo, em razão dos embargos, a Corte de origem entendeu que a contagem deste deveria ocorrer em dias corridos (e não em dias úteis), uma vez que a sentença fora publicada na vigência do CPC/73.

Todavia, assiste razão ao insurgente, que alega que os requisitos de admissibilidade devem atender a norma processual vigente na publicação da decisão que julgou os embargos de declaração (CPC/15), e não da decisão embargada (CPC/73).

Isto porque, a decisão que julga embargos de declaração, além de possuir a mesma natureza da decisão embargada - ou seja, tratava-se, no caso, de nova sentença -, passa a integrar aquela, constituindo-se em um único julgado. Neste sentido, veja-se o precedente da Corte Especial:

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL DECORRENTE DE RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO DA PARTE RÉ. EFEITO INTEGRATIVO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECURSO IMPROVIDO.

[...]

2. O efeito integrativo dos embargos de declaração tem o condão de aderir os seus fundamentos ao acórdão embargado, tornando-os um único julgado. Precedente da Corte Especial: AgRg nos EAg 1.378.703/SP, publicado no Dje de 29/11/2013.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EAREsp 687.532/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/11/2015, DJe 14/12/2015) [grifou-se]

Por este motivo, considera-se que o recurso interposto após embargos de declaração volta-se não apenas contra a decisão embargada ou a decisão que julgou os embargos, mas sim, as duas decisões, que, como visto, constituem-se um único julgado. Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 739, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INTEGRATIVO.

[...]

2. A decisão dos embargos declaratórios passa a integrar o conteúdo da decisão embargada. Portanto, se o agravante opõe embargos à decisão monocrática e, após seu julgamento, interpõe o agravo regimental, deve impugnar a decisão proferida nos embargos declaratórios tanto quanto a decisão embargada, sob pena de desprovimento do recurso. Aplicação da Súmula n. 182/STJ e do § 1º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 718.211/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 01/06/2016)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO NÃO UNÂNIME. REFORMA DA SENTENÇA DE MÉRITO. SÚMULA 207/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FUNÇÃO INTEGRATIVA. ERRO

MATERIAL. DEVER DO INTERESSADO DE POSTULAR A FIM DE SANÁ-LO. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

3. Ainda que seja dito que se recorre apenas do acórdão que rejeita os embargos de declaração, tal exclusão é inviável, posto que os embargos de declaração possuem função integrativa, formando um único julgado denominado decisão de última instância, do qual se recorre.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1379704/RN, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2011, DJe 22/11/2011)

No caso, portanto, a sentença originalmente proferida foi integrada pela decisão que julgou os embargos declaratórios, passando a constituir um único julgado - notadamente porque acolhidos os aclaratórios, para sanar omissão.

Assim, tendo a sentença que julgou os embargos sido publicada (fl. 367 e-STJ) em 22 de junho de 2016 - **ou seja, na vigência do CPC/15** - os requisitos de admissibilidade para o recurso de apelação em face dela interposto são aquele da nova lei processual (**inclusive a contagem em dias úteis**), nos termos do enunciado administrativo n. 3 desta Corte Superior:

Enunciado administrativo n. 3

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC

Em semelhante sentido, foi o precedente da Segunda Turma:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL NÃO COMPROVADO, NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DE AMBOS OS RECURSOS. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POSTERIOR. ARTS. 1.003, § 6º, E 1.029, § 3º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

V. No caso, o acórdão recorrido, integrado por Embargos de Declaração, foi publicado em 05/04/2016, terça-feira - na vigência do CPC/2015 -, sendo o Recurso Especial somente interposto em 06/05/2016, sexta-feira, após o transcurso do prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis, ocorrido em 27/04/2016, quarta-feira. Já quanto ao Agravo em Recurso Especial, a decisão que inadmitiu o Recurso Especial foi publicada em 15/07/2016, sexta-feira - na vigência do CPC/2015 -, sendo o Agravo em Recurso Especial interposto somente em 22/08/2016, segunda-feira, após o transcurso do prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis, ocorrido em 05/08/2016, sexta-feira.

VI. A partir da vigência do CPC/2015, a comprovação da ocorrência de feriado local, para fins de aferição da tempestividade do recurso, deve ser realizada no momento de sua interposição, não se admitindo a comprovação posterior, como pretende a parte agravante.

[...]

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1057572/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 28/06/2017) [grifou-se]

Veja-se, ainda, decisão monocrática proferida pelo Exmo. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, nos autos do Recurso Especial nº 1716111/MG (DJe 26/09/2018):

Quanto ao mérito, especificamente envolvendo direito intertemporal, convém ressaltar o disposto no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, que orienta que "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Na espécie, tem-se uma sentença publicada na vigência no Código de Processo Civil de 1973 contra a qual foram opostos embargos declaratórios que foram julgados já na vigência do Código de Processo Civil de 2015.

Assim, considerando que o recurso de apelação foi interposto contra sentença integrativa de embargos de declaração publicada posteriormente a 18 de março de 2016, há de ser homenageada a regra específica de direito intertemporal (artigo 1.046, CPC/2015), tendo aplicação imediata as regras de contagem (artigo 219, CPC/2015) e de interrupção (artigo 1.026, CPC/2015) do prazo recursal.

Entendimento diverso se poderia vislumbrar no caso de embargos de declaração manifestamente incabíveis ou intempestivos, o que não é o caso dos autos. [grifou-se]

Assim, considerando-se que a decisão foi publicada em 22 de junho de 2016, o prazo (15 dias úteis) esgotar-se-ia, tão somente, em 13 de julho de 2016, de modo que o recurso de apelação, interposto em 11 de julho de 2016, é tempestivo.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a súmula 568/STJ, conhece-se do agravo e, de plano, dá-se provimento ao recurso especial, para determinar o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que, afastada a intempestividade, prossiga o julgamento da apelação, como entender de direito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator